

Conselho de Curadores aprova aposentadoria proporcional



Renê Fernandes Schoppa, presidente do Conselho de Curadores, expõe seu ponto de vista

EXPRESSO REFER

Rua da Quitanda, 173
Centro - Rio de Janeiro
CEP 20.091-000

**Luiz Eduardo fala
da REFER aos
ferroviários**

(Pág. 3)

**Cargo de diretor
tem exigência de 5 anos de
patrocinadora**

(Pág. 5)

**Pensão:
concessão agilizada**

(Pág. 6)

O Conselho de Curadores da REFER aprovou a suplementação proporcional de aposentadoria. A medida vai de encontro ao anseio dos participantes ativos, que vinham solicitando à Fundação a implantação de um sistema de antecipação de aposentadoria supletiva, já utilizado por outras entidades fechadas de previdência privada.

O estudo atuarial deu como viável a adoção do benefício proporcional. Para a implantação da antecipação da aposentadoria supletiva por tempo de serviço e especial, falta ainda, a aprovação da instituidora RFFSA, e por último, homologação da Secretaria de Previdência Complementar, órgão do Ministério da Previdência Social.

Condições para concessão

A aposentadoria antecipada com redução do valor será concedida aos participantes que tenham, no mínimo, 10 anos de vínculo empregatício com a patrocinadora, e idade entre 50 a 54 anos, no caso de aposentadoria por tempo de serviço, e 48 a 52 anos, para aposentadoria especial.

O benefício proporcional corresponderá ao resultado da multiplicação de um fator redutor sobre o valor do benefício supletivo (suplementação + abono), calculado de acordo com as regras do Regulamento da REFER, como se o participante tivesse completado todas as carências exigidas para obtenção da suplementação.

Esse fator redutor será calculado, atuarialmente, para cada participante, em função da idade, do salário, do tipo de aposentadoria, da demora na antecipação e das taxas de contribuição da patrocinadora e do próprio participante, na data de início do benefício.

Fica bem claro que ao completar 55 anos (aposentadoria por tempo de serviço), e 53 anos (aposentadoria especial) o participante não terá direito a qualquer mudança de seus cálculos supletivos. O benefício de suplementação de aposentadoria proporcional é definitivo.

O reajustamento e desconto da contribuição do assistido na aposentadoria antecipada, obedecerão as mesmas regras aplicadas aos demais benefícios concedidos pela REFER.



Na trilha do "Barra Mansa"

* José Antônio Rosa
Lavras - MG

Caiu a tarde do dia 24 de janeiro de 1992, chovia intensamente pela EPTV Sul de Minas se confirmava a notícia da queda da centenária ponte rodoviária que fazia a ligação dos municípios de Riberálio Vermelho e Lavras.

O fato havia sido um verdadeiro pesadelo para a família ferroviária que, junto ao povo ribereño, viu uma página de sua história ser arrancada pela furia das águas. A

queda da ponte foi marcada por uma verdadeira luta nas frentes de serviço contra o caos que se instalou.

A operação envolveu máquinas, força física e o coração de todos. Ao fim, a malha ferroviária foi desobstruída, os atores recompostos e as outras pontes atingidas recuperadas.

Alguns tempo depois o transporte de calcário de Arcoz para Barra Mansa, no Rio de Janeiro, foi reativado passando por Divinópolis e Engenheiro Eberth (conhecida como Prudente).

Em decorrência do acontecimento, Lavras passou a ser a estação de partida do lendário "Barra Mansa", que liga Minas Gerais ao Rio de Janeiro. O trem sai da cidade às segundas-feiras, às 8h20min e chega ao seu destino às 17h, num percurso de 285 km, a uma velocidade máxima de 40km/h. O retorno acontece às sextas-feiras por volta das

14h30min.

A composição do "Barra Mansa" é formada por um carro bagagem, quatro ou cinco de passageiros e se diverte em primeira e segunda classe - e um carro restaurante. Ele é rebocado por uma locomotiva GM tipo G12 nº 4151.

Quando se dirige para a estação de embarque, é possível observar por imponentes palmeiras da Praça Dr. José Esteves, que, com seu perdão, bem poderia ser chamada, Praça dos Ferroviários. Na estação o frio é sempre amenizado pelo calor humano daqueles que acompanham seus parentes, namorados e amigos que irão viajar.

Quando a viagem começa, a neblina se levanta para dar passagem ao trem e o cheiro de relva se mistura com o do café preparado no carro restaurante. Na sua trilha surgem povoados, vilas e cidades, como Ilumirim,

Minduri, São Vicente de Minas, Andrélandia, Arantina e Passa Verde.

A 36 km do nosso destino, o trem passa pela Serra da Mantiqueira um belo exemplo de preservação ecológica. Logo depois, de dentro dos carros, os passageiros podem observar também uma pitoresca paisagem da Ferrovia do Aço.

Quando se avista o Rio Paraíba e a Rodovia Presidente Dutra a viagem está prestes a acabar e a poluição já chega em nome do progresso.

A caminho da estação de Barra Mansa acesos e gritos se repetem na chegada do trem. Final feliz para uma viagem de muitas horas.

Os passageiros desembarcam e se preparam para mais uma jornada de trabalho, pois o complexo industrial do Vale do Paraíba não para parar.

* Resumo de matéria publicada no Jornal Tribuna de Lavras

Refém

* Eliane Tardelli
Rio de Janeiro-RJ

Eu quero não ser levado para não ter que exaltar ou ter o dia, talvez.

Eu quero voar para um planeta sem fim, uma época distante fugir de mim.

Eu quero não ouvir para não esquecer mais sonhos, nem pensar, nem sentir não poder falar.

Eu quero ser um andarilho em um planeta perdido, evocação de outro mundo vivo, iludido.

Eu quero um cantinho escuro para deixar o tempo passar, me afundar num abismo que não me deceione mais sonhos.

Eu quero ser um herói e um momento de covardia um espaço vazio, um momento de alegria.

Eu quero não ter nada vivo, brincar, desabarcar e morrer em um planeta de papel, com vontade de esquecer.

Aposentados da Paraíba

Os aposentados de João Pessoa participaram de um almoço de confraternização, em restaurante na praia de Tambau. O evento contou com a participação de 100 pessoas entre aposentados e familiares.

Moacir Benedito Lira é o organizador desses encontros a cada cinco anos na Paraíba, uma oportunidade que os ferroviários aposentados têm para rever os velhos amigos. Entre os presentes estavam: o presidente da Associação dos Aposentados, Antônio Jorge de Lima, engº Luiz Carlos Gois Barros, Gilvane Pereira Pires, Pedro Jardim, Antônio dos Santos, Salvador Figliera e José Marinho Faício.

Aposentados do NF visitam Fundação

Os presidentes das Associações dos Aposentados do Ceará, Eivaldo Pereira dos Santos, do Nordeste, José Bezerra Chalgre Filho, e de Alagoas, Ruy Costa de Souza, fizeram uma visita à sede da REFER, no Rio de Janeiro. Eles foram recebidos pelo diretor-Superintendente, Luiz Eduardo Pires Albuquerque, que forneceu informações sobre a aposentadoria proporcional, nivelamento das suplementações, benefício mínimo e visita da REFER ao Nordeste.

Mantenha endereço atualizado

Mantenha seu endereço atualizado. Participe, é importante que a REFER saiba onde você vive e trabalha. Isso para estar a par de tudo que se passa. O endereço é o mesmo, por isso estranha a ausência.

Fique mais perto da REFER e informado.

REFER

Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social

CONSELHO DE CURADORES

Presidente

René Fernandes Schoppa

Membros Efetivos

Heosildo Nogueira de Jesus

Aloysio Sérgio Fagundes de Azevedo

Maciel Antônio dos Santos

Marco Antônio Fernandes da Costa

Membros Suplentes

Edemar Manduca

Sérgio José Araújo

Luiz Roney Braga de Azevedo

Luiz Roberto Silva da Silveira

José Guilherme de Barros Gomes

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Superintendente

Luiz Eduardo Pires e Albuquerque

Diretor de Seguridade

Airy de Mello Teixeira

Diretor Financeiro

Renato Lima Magalhães

Diretor Administrativo

Paulo Roberto Schenkel

CONSELHO FISCAL

Presidente

Marco André Resende

Membros Efetivos

Glacy Pasqualin

Mário Arruda de Macedo

Membros Suplentes

Marco Antônio Rodrigues

Alberto Ramalho Marques

João Gomes Pereira

EXPRESSO REFER

Editor Responsável

Fernando Abchela

R. G. Nº 11.774

Redação e Revisto

Antônia Maynet

R. G. Nº 18.119

Diagramação e Produção

Luiz Carlos de Oliveira

R. G. Nº 1.949

Fotografia

Oswaldo Rodrigues Neiva

Marcos Fonseca

Distribuição

Oswaldo Rodrigues Neiva

Composição e Impressão

Tribuna da Imprensa

Tiragem

80 mil exemplares



Cartas

Abraço
O diretor-Superintendente da REFER, Luiz Eduardo Pires e Albuquerque, recebeu carta do presidente da Abrapp, Miguel Matta. Vaz comentando da sua indicação diretoria da Associação. Renata Mizael, que a experiência de Luiz Eduardo na presidência complementar contribuirá para o fortalecimento da Abrapp.

Representação

Sou pensionista da REFER e posso afirmar com orgulho que a "Fundação é uma benção de Deus". Sempre fui muito bem atendido, principalmente após a morte de meu marido.

Na oportunidade quero parabenizar a toda diretoria pelo serviço que a REFER oferece, em especial a nossa Representante de Barra Mansa, Beatriz Valéria Nogueira, que é um exemplo de humanidade.

Neusa Ferreira Giedem
Barra Mansa - RJ

Agradecimento

É com prazer que escrevo pela primeira vez, para parabenizar os serviços prestados pela REFER aos seus participantes, que são de boa qualidade. Afirma, porque já utilizei dois serviços e foi muito bem atendido.

Sou contribuinte desde 79 e nunca recebi correspondência da Fundação, pelo o incluído do meu endereço no cadastro, para receber correspondências e inclusive a fôlha.

Ardely Ayrí Pimentel
Resende/RJ

N.R. O endereço já está atualizado em nosso cadastro.

Vejo através desta parabenizar sua instituição pelo atendimento prestado aos aposentados, pensionistas e o pessoal da ativa.

Na oportunidade, quando apresento-me pela REFER, gostaria de despedir-me de meus companheiros, expressando minha alegria de ter compartilhado da amizade deles. Aproveito, também, para elogiar a nossa Representante Giovanna Rangê pela atenção e simpatia com que nos trata.

Oswaldo de Souza
Cachoeira de Itapemirim/ES

É com muito prazer que escrevo a REFER. Recebi carta da Fundação. Aproveito para agradecer a Proposição e atenção dispensada a meu pedido.

J. J. Entro recebendo as diferenças que vocês tinham previsto.

Queria Lúza de França Moraes
Mourão/PE

Cumprimentos

Embora com alguns atrasos, vim cumprimentar a nova Diretoria que assumiu os destinos desta importante Fundação. Composta de nomes com tradição e prestigio no setor ferroviário, deixamos aos prezados amigos o melhor em matéria de sucesso na condução de um programa que atenda às esperanças da nossa classe.

Aury Sampayo
Presidente da Assoc. do Congresso Paranaense de Estradas de Ferro Rio de Janeiro/RJ

Journal

Venho solicitar-lhe a gentileza de enviar-me um exemplar, de qualquer data, do Expresso REFER, se possível com a formalização a respeito da tagagem.

Agradeço-lhe por sua colaboração
Góes Multimídia Ltda
Brasília/DF

A REFER recebeu várias mensagens de Natal e Ano Novo. Publicamos abaixo o nome dos remetentes e empresas que através de carta, confirmaram a sua adesão.

Francisco Pereira, Lavras/MG, Mario Ladeira, Barbaçana/MG, Alfredo Mdo, Rio de Janeiro/RJ, Fundação Casa Estrelada, Porto Alegre/RS, Leidy Macedo de Campos, Três Rios/RJ, Fundação CODEC de Seguridade Social, Florianópolis/SC, Omar Alves de Lima, Rio de Janeiro/RJ, Sophia Kardia, Curitiba/PR, GE. PARK Estacionamento, Rio de Janeiro/RJ, REGIS-Sociedade Civil de Prev. Privada, Antônio Alves de Lima, Rio de Janeiro/RJ, Rio de Janeiro/RJ, Alcina da S. Carvalho, São Fidélis/RJ, Fundação Francisco Condé, Barueri/SP, Representação 106, Crato/RN, M. D. Oliveira, Rio de Janeiro/RJ, Orlino, Três Rios/RJ, Targano Roberto Filho, Riode Janeiro/RJ, Yolanda Teixeira, Rio de Janeiro/RJ, Leonel Penna França, Rio de Janeiro/RJ, Paulo César Sarneyza de Oliveira, Porto Alegre/RS, Miriam Paula Vaz-Abraço, São Paulo/SP, Elizabeth Paula Soares de Araújo, Rio de Janeiro/RJ, M. D. Oliveira, Curitiba/PR, O. Augusto, Rio de Janeiro/RJ, Helio França de Oliveira, Bela Horizonte/MG, Marcos Siqueira, Bela Horizonte/MG, Claudio Octávio Vidal Senra, Juiz de Fora/MG, Victor M. de Figueiredo Junior, São Paulo/SP, Centro

Endereço

Endereço recebido para informar o meu endereço atual, em minha correspondência com endereço correto.

Aproveito para solicitar o meu calendário deste ano.

Deputado Federal da Silva
Briquês/SP

Não venho recebendo o jornal da REFER. Gostaria que verificassem o meu endereço no cadastro da REFER.

Estou enviando-vopeça, que gostaria que fosse publicado no jornal. Já enviei outros, mas não vi publicado.

Sebastião Baltos Ferreira
Pitopinópolis/RJ

N.R. Já atualizamos o seu endereço no nosso cadastro. Quanto ao prazo, a imprensa oportunizará publicá-lo no espaço do ferroviário.

Costaria de receber o jornal da REFER. Faz algum tempo que não recebo e more longe da Representação para atualizá-lo.

Cândido Wencelous
Campo Mourão/PR

Estamos encaminhando o novo endereço residencial, bem como o novo endereço de encaminhamento postal, para fins de acerto.

Prezados, por se oportuno, para desaque uma Fclre Natal e um prospecto Ano Novo.

Luiz Alberto Cardoso-Alberaz
Rio de Janeiro/RJ

Venho por meio desta comunicar que não recebemos o Expresso REFER. Devo estar em viagem e não tenho tempo de estar a par de tudo que se passa. O endereço é o mesmo, por isso estranha a ausência.

Adelina Carmo
São Paulo/SP

N.R. Já encaminhamos o jornal e o calendário para a Senhora, e o seu endereço atual correto em nossos arquivos. Deve haver algum problema na distribuição do correio.

Luiz Eduardo faz exposição na RFFSA

O superintendente da REFER, Luiz Eduardo Pires e Albuquerque, profere palestra na Rede Ferroviária Federal S/A, através de programação que está sendo desenvolvida pela administração da Entidade, denominada Espaço Cultural RFFSA. Na ocasião o Superintendente abordou o tema **Atualidade e Perspectivas da Fundação**.

Na abertura da exposição o presidente da RFFSA, Osiris Stenghel Guimarães, ressaltou a oportunidade de "se discutir a linha de ação que a REFER vem desenvolvendo para seus participantes". Inutos aos ferroviários presentes que "procurassem aproveitar ao máximo a oportunidade que a REFER oferece, para esclarecer quaisquer dúvidas sobre planos de benefícios".

Previdência Fechada

Luiz Eduardo iniciou a sua exposição destacando que a REFER, estatutariamente, tem como objetivo principal suplementar o valor dos benefícios garantidos pela Previdência Oficial. Relembrou a criação da entidade, em 1978 e a sua implantação, em 1979, por iniciativa do então presidente da RFFSA, Sr. Stanley Fortes Bastos, e os traços que inspiraram a sua fundação. Não só quanto ao aspecto social, como também, quanto aos benefícios resultantes para RFFSA, com valorização do elemento humano a seu serviço e a renovação de seu quadro de pessoal.

Em termos de organização, a REFER tem como órgão superior de sua administração o Conselho de Curadores, formado por cinco ferroviários, sendo que quatro deles designados pela Patrocinadora e o quinto eleito pelos participantes. A diretoria da Fundação é composta pelos diretores Superintendente, de Seguridade, Financeiro e Administrativo. Possui, ainda, um Conselho Fiscal, constituído, também por ferroviários, um deles eleito pelos participantes, tendo como objetivo, exercer a fiscalização das atividades desenvolvidas na Fundação.

Em relação ao controle externo, a REFER é, ainda, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar, do Ministério da Previdência Social, Banco Central e Comissão de Valores Mobiliários, do Ministério da Fazenda.

A Comissão de Valores Mobiliários exerce sua fiscalização na medida em que as Fundações atuam no mercado financeiro, de modo geral. O Banco Central atua principalmente em relação ao cumprimento das resoluções do Conselho Monetário que regulam a aplicação de ativos das entidades fechadas de previdência privada.

Alguns números da REFER

A REFER conta atualmente com aproximadamente 38.500 participantes ativos vinculados à RFFSA, à CBTU e à própria REFER, as três patrocinadoras da Fundação. Conta, ainda, com cerca de 1 mil participantes desvinculados, que pertenciam aos quadros das patrocinadoras, mas que mantêm a sua contribuição para a REFER, considerando a situação de participante. Em termos de ferroviários assistidos a REFER tem hoje 20.400 participantes.

Quanto aos investimentos líquidos, mantendo-se em referência o mês de dezembro de 1992, os ativos da Fundação têm a seguinte distribuição: Títulos Governamentais, 1,9%; Títulos de Renda Fixa, 3,1%; Ações, 23,3%; Mafersa, 8,7%; Imóveis, 35,1%; Empréstimos, 0,2%; e Operações com Patrocinadoras (compromissos), 27,5%. O patrimônio, também em dezembro de 1992, atinge cerca de 415 milhões de dólares, número esse provisorio, dependendo ainda do encerramento do balanço de 1992.

Proseguindo sua explanação, o diretor-Superintendente, com auxílio de projeções, abordou por menorização a situação da REFER, referindo-se aos seus investimentos, às receitas e despesas e ao efetivo de participantes, concluindo que as modificações verificadas do ponto de vista atuarial e político-administrativo se resumem a uma perda de liquidez da carteira da REFER, ao crescimento gradual da dívida da RFFSA e à tendência de desbalanço do número de participantes, em função principalmente das medidas governamentais de readoção do quadro de pessoal das empresas patrocinadoras, com a redução do ingresso de novos participantes na Fundação.

Questões Relevantes

Analisando a trajetória da REFER, o diretor-



Osiris Stenghel Guimarães fez abertura da palestra do diretor-Superintendente da REFER, Luiz Eduardo Pires e Albuquerque, no auditório da RFFSA

Superintendente acrescentou que no período 1979/1985 a Fundação viveu um período de estabilidade, graças ao concurso de fatores como uma relação contribuinte-beneficiário favorável, a aparente normalidade do sistema previdenciário e a estabilidade das patrocinadoras, que tiveram condições de cumprir com regularidade os seus compromissos com a REFER. A partir de 1985, a medida que se assistiam a estagnação econômica e a difícil situação do Governo Federal, as receitas das patrocinadoras passam a ser afetadas, acarretando como consequência principal, a dificuldade do cumprimento regular de seus compromissos financeiros com a Fundação. De outro lado, as frequentes mudanças da política econômico-financeira exigem mais fortemente da REFER um comportamento mais ágil, no sentido de realizar riscos e garantir rentabilidade adequada para as suas aplicações.

Acresce ainda, que a Reforma do setor público, a partir de 1990, coloca em discussão o estatuto institucional das Patrocinadoras. Ato governamentais concretos apontam, para possibilidade de desestatização da RFFSA e dão início ao processo de estatização da CBTU, com repercussões à Fundação.

Por outro lado, aduziu Luiz Eduardo, nesse ambiente de mudanças, coloca-se, também, em discussão a questão da restituição da Previdência Social Básica, fazendo-o esse propósito referência ao trabalho da Comissão Especial constituída no Congresso Nacional, desde o falecimento do irmão da Previdência Social, dep. Antônio Brito. As conclusões do trabalho incorporam recomendações emitidas desde o Governo em âmbito do Congresso Nacional a nova regulamentação do sistema complementar de previdência, com a criação da previdência complementar pública, bem como a adoção de medidas à em estudo que estimulem e viabilizem a previdência complementar fechada e aberta, sugerindo essas que, se acolhidas, virão dar ensejo a uma mudança de rumos no sistema de

seguridade hoje proporcionado pela REFER.

Destacou, ainda, que esse tema o da Seguridade Social, certamente estará na pauta de revisão constitucional a iniciar-se em outubro de 1993, e que tem sido discutido na direção da REFER, acompanhando essas mudanças que se vialam de sorte a melhor avaliar eventuais reflexos sobre a Entidade.

Ressaltou o diretor-Superintendente, que o enunciado dessas questões não deve ser encarado pelo seu ângulo negativo. Mas, pelo contrário, como sinalizador de que a REFER deve se adaptar, de forma estruturada, às exigências ditadas pela mudança de seu meio ambiente, pondo em prática estratégias para atenuar os impactos dessas transformações e aproveitar as oportunidades criadas por elas, com base nos pontos fortes da organização.

Seos aspectos conjunturas exigem a mobilização da alta administração da Fundação, os aspectos institucionais e estruturais apontam no sentido da modernização e aperfeiçoamento dos seus serviços e métodos de trabalho. Esse entendimento conduziu a atual Diretoria Executiva da REFER à definição de uma estratégia inicial de atuação, centrada em dois pontos básicos:

- atendimento às expectativas de curto prazo da Empresa, através da formulação de estudos, simulações e documentos expedidos, para fazer face a eventual estatização da CBTU, desestatização da RFFSA e inadimplência das Patrocinadoras;
- atendimento às expectativas de médio e longo prazos, através da elaboração, implantação e monitoramento do Plano de Ação Estratégica para a REFER.

Finalizando, Luiz Eduardo abordou, ainda, a questão da participação da REFER na Mafersa, expondo o situação da Empresa no exercício de 1992 e os estudos que a Fundação vem realizando para cooptar recursos que apertem à Mafersa capacidade gerencial, recursos para investimentos e acesso a novos mercados.

REFER faz 14 anos

A REFER completou, em fevereiro deste ano, 14 anos de existência servindo à classe ferroviária. Criada em 07 de fevereiro de 1979, a Fundação se propõe a garantir uma tranquilidade ao participante, com a implementação de aposentadoria, e aos seus familiares, com pensão e pecúlio.

Ao se aposentar pelo INSS, o ferroviário recebe um valor inferior ao seu salário da ativa. Participando da REFER, receberá a suplementação, que somada à aposentadoria do INSS, se aproximará ou até atingirá o salário da ativa, permitindo que o ferroviário não tenha queda no seu padrão de vida.

Benefícios

O objetivo maior da REFER é a implementação de aposentadoria. Ao ingressar na Fundação, o participante está fazendo um seguro a longo prazo. Mas além deste benefício, do pecúlio e da pensão, são concedidos auxílios-doença e reclusão, abono anual (13º salário), empréstimo-cauxílio-funeral.

O seguro de vida é um benefício opcional. O participante tem que pagar separado da contribuição. A vantagem de fazer um seguro na REFER está na taxa, mais barata que as dos seguros tradicionais que existem no mercado, mas com indenizações iguais aos demais.

Previdência Privada

A REFER faz parte do Sistema de Previdências Privada, que tem como finalidade suplementar o benefício do INSS e de promover o bem-estar social dos seus participantes, respeitando as leis que regem os Fundos de Pensão.

Toda Fundação possui patrocinadores, que junto com os funcionários contribuem para a sua existência. No caso da REFER as patrocinadoras são a RFFSA, CBTU e ela própria.

Para defender os interesses do Sistema, os Fundos participam da Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Privada - Abrapp.

A Secretária de Previdência Complementar, do Ministério da Previdência Social, determina as regras do Sistema. Para criar um novo benefício, é preciso da aprovação da Secretária, que determina também a forma como os recursos devem ser aplicados para se transformar em benefícios.

REFER implanta Programa de Gestão de Qualidade Total

Está em fase de efetiva implantação o Programa de Gestão de Qualidade Total Segundo Denise Pestana Cunha Telles, coordenadora do Programa, "qualidade e produtividade representam uma nova filosofia de gestão empresarial que a REFER pretende conduzir em todos os seus segmentos".

A fase, agora, é de definição das necessidades do Programa, para que sejam tomadas as medidas que irão resultar em maior qualidade de serviços executados na Fundação, atingindo-se, assim, o objetivo principal, que é a satisfação dos clientes - os participantes.

O Programa envolve a participação efetiva de todos os empregados da REFER. Ele introduzirá novas técnicas e procedimentos, além de aperfeiçoar os processos e rotinas já existentes. "O importante é não gerar desperdícios, melhorando con-

tinuamente a qualidade dos serviços prestados pela Fundação", explica Denise Telles.

Programa Brasileiro

O que mais se ouve falar, atualmente, nas empresas, é da necessidade de **Qualidade Total** para se tornarem competitivas. O tema surgiu e ganhou ênfase com a implantação pelo governo do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade-PBQP.

A partir desse momento, apareceram profissionais e empresas especializadas no assunto, com conhecimento de conceitos e técnicas utilizadas com sucesso nos países desenvolvidos, que condizem as organizações à **Qualidade Total**.

As empresas, então, passaram a preocupar-se não só com o produto ou serviço, mas com todo o processo de execução englobando desde o empregado até o cliente.



Técnicos do Instituto Brasileiro de Qualidade Nuclear falam da importância do programa de qualidade total

Engenheira da CBTU faz palestra sobre qualidade total

Dando prosseguimento ao Programa de Qualidade e Produtividade que vem sendo desenvolvido pela diretoria Executiva, os gerentes da REFER assistiram, em dezembro último, uma série de palestras sobre o assunto.

Para esse primeiro momento do programa, o diretor Administrativo, Paulo Roberto Schanuel, quer despertar o interesse das gerências e fazer com que elas discutam em conjunto o que se faz e o que pretende-se nível de qualidade em todas as atividades da Fundação.

Gestão Empresarial

A engenheira da CBTU, Fátima Fernandes Sobral, e que descolou tese de doutorado sobre o tema, fez palestra na sede no Rio. Fátima Fernandes definiu qualidade total como filosofia de gestão empresarial, que implica na satisfação dos clientes internos e externos.

Para melhor situar a relação de trabalho que existe hoje, Fátima Fernandes fez uma rápida explanação sobre a evolução do trabalho desde a idade média, passando pela moderna e pós-moderna, de maneira simples e objetiva.

E o que se vê, atualmente, é as empresas, principalmente multinacionais, procurando regatar o prazer no ambiente de trabalho, utilizando serviços que facilitam a identificação do empregado com a empresa. Destaca Fátima.

"O trabalho em equipe é mais produtivo que o trabalho individual. Por isso o planejamento do processo de qualidade total, que é a primeira fase, envolve todos empregados, desde os superintendentes, gerentes e subordinados. É, para que haja mudanças, é preciso pensar a vida e o relacionamento do trabalho."



Fátima Fernandes Sobral fala sobre produtividade e qualidade

Seguro de vida para morte acidental paga Cr\$ 600 milhões

O seguro de vida da REFER pagará no caso de morte acidental a quantia de Cr\$ 600 milhões. A Seguradora vencedora da recente coleta de preços, contribui para esse valor atrativo, ao aumentar os capitais do seguro em 102,2%.

Ela ofereceu as melhores vantagens nas coberturas e iniciou as atividades na carteira de seguros da Fundação em fevereiro. O auxílio-funeral, que ajuda nas despesas com sepultamento, também foi reajustado, paga, agora, por participante, Cr\$ 3 milhões, cônjuge, Cr\$ 1 milhão e 500, e filhos, Cr\$ 300 mil.

Carteira A carteira de seguros é subordinada a diretoria de Seguradora, que administra junto com a seguradora desde 1985. O seguro é facultativo, ou seja, cabe ao participante o pagamento mensal, em separado da

contribuição à REFER, do respectivo prêmio.

Para participar da carteira de seguro, o participante tem que ter menos de 60 anos, e deve procurar qual Reajustamento, de preferência a mais próxima do seu trabalho e preencher a proposta, de acordo com o plano mais adequado.

Recadastramento

Todos os participantes têm direito ao auxílio-funeral, mesmo que não participem do seguro de vida. Mas como muitas pessoas desconhecem este direito, a Fundação está convocando todos os participantes para se recadastrarem, atualizando seus endereços para correspondência, que permitirá conhecer as coberturas automáticas do auxílio-funeral e as facultativas do seguro de vida em grupo.

Tabela de Seguro

Na tabela de capitais e prêmios de seguro já foi aplicado, além dos 102,2% da Seguradora, o repasse

de 99,52% referente ao reajustamento salarial ocorrido nas patrocinadoras. (Tabela a lado)

PLANOS	SEGURADO	TABELA DE CAPITALS E PRÊMIOS DE SEGURO VIDA/C COMBUSTOS COM "MÓDULO FUNERAL" - REAJUSTE: 102,2%									
		CAPITALS SEGURADOS (Cr\$)					PRÊMIOS (Cr\$)				
		MONTE FIDUCIÁRIO	MONTE ACIDENTAL	200,00% DO PRÊMIO DE SEGURO VIDA	PRÊMIO POR ACIDENTE	PRÊMIO DE SEGURO VIDA					
A	TPGAR	232.695.000,00	507.378.000,00	435.152.000,00	3.070.000,00	60.200,00	60.200,00	60.200,00	60.200,00	60.200,00	60.200,00
	CGDNE	333.378.000,00	559.977.000,00	333.378.000,00	1.500.000,00	37.462,00	37.462,00	37.462,00	37.462,00	37.462,00	37.462,00
	FGDNE	23.360.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
B	TPGAR	176.138.000,00	338.702.000,00	324.364.000,00	3.070.000,00	58.202,00	58.202,00	58.202,00	58.202,00	58.202,00	58.202,00
	CGDNE	92.360.000,00	184.706.000,00	92.360.000,00	1.500.000,00	18.179,00	18.179,00	18.179,00	18.179,00	18.179,00	18.179,00
	FGDNE	17.032.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C	TPGAR	108.000.000,00	166.680.000,00	207.132.000,00	3.070.000,00	47.841,00	47.841,00	47.841,00	47.841,00	47.841,00	47.841,00
	CGDNE	74.460.000,00	209.860.000,00	129.940.000,00	1.500.000,00	33.703,00	33.703,00	33.703,00	33.703,00	33.703,00	33.703,00
	FGDNE	23.360.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D	TPGAR	103.048.000,00	184.373.000,00	183.302.000,00	3.070.000,00	58.202,00	58.202,00	58.202,00	58.202,00	58.202,00	58.202,00
	CGDNE	92.360.000,00	184.706.000,00	92.360.000,00	1.500.000,00	18.179,00	18.179,00	18.179,00	18.179,00	18.179,00	18.179,00
	FGDNE	12.328.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
E	TPGAR	80.520.000,00	166.207.000,00	140.500.000,00	3.070.000,00	37.462,00	37.462,00	37.462,00	37.462,00	37.462,00	37.462,00
	CGDNE	47.200.000,00	204.540.000,00	129.940.000,00	1.500.000,00	23.743,00	23.743,00	23.743,00	23.743,00	23.743,00	23.743,00
	FGDNE	33.300.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
F	TPGAR	76.500.000,00	203.778.000,00	140.138.000,00	3.070.000,00	20.869,00	20.869,00	20.869,00	20.869,00	20.869,00	20.869,00
	CGDNE	37.460.000,00	222.880.000,00	129.940.000,00	1.500.000,00	13.937,00	13.937,00	13.937,00	13.937,00	13.937,00	13.937,00
	FGDNE	3.540.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
G	TPGAR	37.478.000,00	103.320.000,00	124.958.000,00	3.070.000,00	10.387,00	10.387,00	10.387,00	10.387,00	10.387,00	10.387,00
	CGDNE	36.720.000,00	98.230.000,00	103.710.000,00	1.500.000,00	9.100,00	9.100,00	9.100,00	9.100,00	9.100,00	9.100,00
	FGDNE	5.740.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
H	TPGAR	63.560.000,00	130.007.000,00	87.000.000,00	3.070.000,00	13.667,00	13.667,00	13.667,00	13.667,00	13.667,00	13.667,00
	CGDNE	26.778.000,00	68.303.000,00	33.774.000,00	1.500.000,00	6.897,00	6.897,00	6.897,00	6.897,00	6.897,00	6.897,00
	FGDNE	4.782.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
I	TPGAR	37.500.000,00	37.500.000,00	37.500.000,00	3.070.000,00	10.387,00	10.387,00	10.387,00	10.387,00	10.387,00	10.387,00
	CGDNE	37.500.000,00	37.500.000,00	37.500.000,00	1.500.000,00	5.193,00	5.193,00	5.193,00	5.193,00	5.193,00	5.193,00
	FGDNE	3.780.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
J	TPGAR	20.000.000,00	68.840.000,00	68.840.000,00	3.070.000,00	7.384,00	7.384,00	7.384,00	7.384,00	7.384,00	7.384,00
	CGDNE	12.475.000,00	44.840.000,00	33.475.000,00	1.500.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00
	FGDNE	2.200.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-

* OS CAPITALS SEGURADOS REFEREM-SE À MONTE POR QUALQUER CAUSA E MONTE ACIDENTAL, NÃO SE ACUMULA.

Conselho cria nova condição para exercício do cargo de diretor



Todos participantes vão receber em conta corrente

Para proporcionar mais segurança e melhor qualidade aos serviços prestados pela REFER aos participantes assistidos, a diretoria de Seguridade decidiu efetuar todos os pagamentos em conta corrente.

A Fundação já entrou em

entendimentos com os bancos e anexou aos contracheques dos participantes carta esclarecendo como eles devem fazer para se enquadrar neste novo procedimento.

O participante tem que comparecer a agência pagadora

do seu banco, levando CPF, carteira de identidade e comprovante de residência, para formalização da abertura de conta corrente. O participante não pagará nada para abrir a conta.

O Conselho de Curadores julgando importante o tempo de vinculação empregatícia para ocupação dos cargos de diretores da REFER, aprovou a exigência de cinco anos de trabalho nas patrocinadoras.

Qualquer ferroviário que seja indicado para diretor da Fundação terá, agora, que ter pelo menos cinco anos de vinculação empregatícia, como já ocorre para a formação do Conselho de Curadores, além de ser contribuinte da REFER.

A medida permite por parte do empregado um conhecimento profundo do segmento ferroviário, e consequentemente dos objetivos que a REFER se propõe a executar e o acompanhamento do seu funcionamento.

Nos investimentos em imóveis foi aprovada, também, proposição da diretoria Executiva para incluir na competência do Conselho de Curadores, aprovação das aquisições de bens imóveis. Antes, tanto o Estatuto Social como o Regulamento Básico só autorizava o exame do Conselho nas alienações.

Auditor da REFER dá palestra na PREVICAXA

O coordenador de Auditoria Interna da REFER, Nelson de Andrade, fez palestra, em janeiro, no auditorio da PREVICAXA, sobre auditoria interna para uma empresa de previdência privada.

Com a presença de funcionários, supervisores, gerentes e superintendentes, foram discutidos os objetivos e fundamentos da auditoria interna, sua importância e independência, o marketing da auditoria, o interrelacionamento da auditoria interna na empresa com os auditores externos, o âmbito do trabalho e os relacionamentos de auditoria.

Com o objetivo básico de expressar opinião independente, fornecendo dados sobre adequação e efetividade do sistema de controle interno e a qualidade do desempenho da organização, a auditoria interna verifica se os controles internos e as rotinas de trabalho estão sendo habilmente executados, e se os dados e registros estão sendo feitos de maneira adequada.

Reajuste com base no INPC

Desde janeiro a REFER está utilizando o INPC para reajuste dos benefícios e da reserva de poupança. Até dezembro do ano passado a taxa usada era a TR.

A mudança ocorreu, porque o Supremo Tribunal Federal - STF julgou inconstitucional o uso da TR como índice de correção monetária, em função de não refletir a variação do poder aquisitivo da moeda.

O reajuste de março dos pagamentos efetuados pela REFER aos aposentados e pensionistas, foi calculado com base no INPC.

De acordo com a data de início dos benefícios os reajustes são:

Data de início do benefício	Percentual de reajuste
até janeiro de 1993	60,69%
em fevereiro de 1993	24,79%

Dependente: agilize seus benefícios

No caso de falecimento do participante, os dependentes devem procurar a Representação da REFER para comunicar o óbito, e com isso se habilitarem ao pecúlio, pensão, auxílio-funeral e seguro de vida (se possuir).

Com relação ao seguro de vida, é importante que seja informado o falecimento o mais rápido possível, para agilizar junto a seguradora o pagamento do sinistro.

Se você deseja mais informações, procure a REFER que um de nós terá o maior prazer em atendê-lo.



Prorrogado prazo para superávit

Venha logo buscar o seu dinheiro

As pessoas que têm direito aos superávits de 85/86 e 89, e ainda não se habilitaram, poderão receber essas diferenças. A REFER atendeu a pleitos que lhe foram dirigidos por interessados, prorrogou o prazo de assinatura do termo de transação por 30 de abril deste ano.

Para receber esse reajustamento, o próprio participante ou beneficiário deverá comparecer à

Representação mais próxima de sua residência, para assinar o termo de transação, levando os seguintes documentos: carteira de identidade ou trabalho, o CIC ou CPF e o último contracheque da REFER.

A distribuição de excedentes financeiros aos participantes que estão recebendo benefícios é feita em folha suplementar, a partir do mês seguinte ao da assinatura do termo de transação, em três parcelas iguais.

Pensão é concedida sem carta consorciada do INSS

A diretoria de Seguridade, atendendo reivindicações dos beneficiários, está concedendo pensão sem apresentação da carta consorciada do INSS, no caso de falecimento do participante em atividade - a exemplo dos que falecem em gozo de aposentadoria, desde que os dependentes habilitados ao recebimento sejam esposa e filhos.

No entanto, existe a necessidade de apresentação do documento mesmo após a concessão do benefício. Sendo assim, o participante deve encaminhar a carta à REFER, até seis meses após a data de óbito, para que não ocorra suspensão do pagamento.

Os documentos para concessão do benefício são: tempo de serviço total do participante, incluindo o tempo anterior à RFFSA/CBTU; relação de salários, contendo os 48 últimos salários.

Benefícios

A suplementação, paga mensalmente, é calculada através da média corrigida dos 12 últimos salários do participante. Desta média subtrai-se o valor do INSS,

para resultar na suplementação, que não poderá ser inferior a 10% do salário de benefício definido na legislação da Previdência Social - Benefício Mínimo.

Na situação de participantes aposentados, aplica-se o percentual de dependentes, que varia de 60 a 100%, sobre valor que ele ganhava da REFER a título de suplementação. Se o participante recebia benefício mínimo, a pensãoista continuará recebendo o mesmo valor, isto é, sem utilização do percentual de dependentes.

Quando os filhos atingem a maioria, perdem o direito de pensão, assim como a viúva quando se casa novamente.

Devolução da reserva de poupança somente quando participante se desliga da patrocinadora

O participante só tem direito ao recebimento da reserva de poupança quando tiver sua inscrição cancelada por perda do vínculo empregatício com as patrocinadoras RFFSA e CBTU, sem haver preenchido os requisitos necessários à obtenção do benefício de aposentadoria pela Fundação.

Quando o participante se aposenta antes de completar 55 anos de idade, no caso de aposentadoria por tempo de serviço, ou 53 anos, no caso de aposentadoria especial, ele pode optar pela reserva ou continuar contribuindo à REFER para desfrutar da suplementação de aposentadoria. Na segunda



opção, fará a manutenção do salário, arcando com a sua parte e a que a empresa pagava quando estava em atividade.

Na previdência privada a restituição da reserva de poupança é uma garantia mínima de que, pelo menos, ao ser dispensado, o participante receberá de volta uma compensação financeira, que não pode ser inferior a 50% do que contribuiu.

Na REFER a devolução corresponde a 100% da soma das importâncias pagas pelos participantes, a título de jóia e contribuições mensais, corrigidas monetariamente pelo INPC.

Suplementação é tributada por lei

Os participantes que recebem suplementação da REFER, inclusive aqueles com 65 anos de idade ou mais, estão sujeitos a tributação de suas suplementações na forma da lei, porque a REFER é uma pessoa jurídica de direito privado.

A informação foi fornecida pela Secretária da Receita Federal a pedido da Fundação, uma vez que a Associação dos Aposentados da RFFSA solicitou a isenção do Imposto de Renda para os aposentados enquadrados nesta faixa.

Casos de isenção

A suplementação das aposentadorias dos participantes portadores de doenças de tuberculose ativa, alienação mental, esquizofrenia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrite anquilosante, nefropatia grave, estados avançados da doença de Paget e síndrome da imunodeficiência adquirida, está isenta do desconto do Imposto de

Renda, na fonte.

Para que a REFER deixe de reter o imposto na fonte, sendo o participante portador de uma das moléstias mencionadas, deverá apresentar requerimento constando nome e matrícula RFFSA/CBTU. O requerimento deverá ser acompanhado de laudo pericial expedido por junta médica do INSS, ou então, laudo médico expedido por dois especialistas.

Abrapp rebate críticas

A propósito de notícias que vêm sendo veiculadas no últimos tempos por vários órgãos de imprensa, promovendo continuados ataques ao sistema brasileiro de previdência complementar privada (Fundos de Pensão), a Associação Brasileira de Previdência Privada - Abrapp tem difundido através de seus veículos de comunicação social uma série de esclarecimentos demonstrando a existência de continuados erros elementares de informação e de avaliação.

Da mesma maneira o Rio Nogueira, diretor presidente da STEA, consultoria de atuarial que atende a REFER, esclarece em documento enviado ao diretor superintendente da REFER, advogado Luiz Eduardo Pires e Albuquerque, que "são evidentes os propósitos de criar desprestígio público do modelo brasileiro de previdência complementar e estabelecer o pânico entre os participantes para jogá-los à avidez lucrativa da previdência

mercantilizada".

Rio Nogueira ressaltou, ainda, que as alusões ao déficit da REFER são absolutamente falsas, vez que o balancete da entidade apenas aponta o déficit ocasional de 5,8 milhões de dólares em novembro de 1992, que não chega a 1,5% do seu patrimônio".

Regalias mil

Por sua vez a Abrapp, também a propósito das notícias que os fundos de pensão concedem aos funcionários da Estatais Regalias mil e esse dinheiro procede em grande parte das próprias estatais, esclarece que as empresas estatais e privadas, que patrocinam fundos de pensão contribuem, juntamente com os próprios empregados, para a formação de um fundo destinado a complementar os benefícios da previdência social. Muitas empresas privadas, sobretudo multinacionais, dispensam a contribuição do empregado e assumem integralmente os custos dos planos de

benefícios.

Ao se falar em regalias dos funcionários das estatais, esquece-se que os demais servidores civis e militares, da União, do Estado e dos Municípios, recebem proventos de aposentadoria iguais ao último salário da ativa sem terem para isso contribuído. O ideal é o nivelamento por cima, estendendo-se o benefício da aposentadoria digna a todos os brasileiros, como fazem os países mais desenvolvidos do mundo.

Patrimônio

O patrimônio de todos os fundos de pensão existentes no País, em torno de 22 bilhões de dólares, segundo a Abrapp, é muito modesto se comparado com o potencial do sistema que poderia atingir aos 100 bilhões de dólares. Nos Estados Unidos, onde o sistema dos fundos de pensão funciona da mesma forma, o patrimônio é de 41 trilhões de dólares. A fiscalização dos fundos de pensão é regida pela Lei 6.435/77 que está em pleno vigor e é suficiente para possibilitar a completa transparência e

os controles das entidades pelo poder público.

Por sua vez, acrescenta o documento da Abrapp, a propriedade de ativos transferidos pelas patrocinadoras, longe de ser uma distorção, é uma alternativa que a empresa possui para o financiamento da sua atividade. É também previsível que o patrimônio dos fundos superem o das suas patrocinadoras, de vez que eles adotam o regime de capitalização de longo prazo (30 anos). É preciso esclarecer que tais reservas representam o passivo, não são um ativo. Elas serão consumidas inevitavelmente pelo pagamento dos benefícios em função dos quais foram formadas. O patrimônio acumulado pertence, portanto, aos participantes que os formou com retenções de salários diretos e indiretos, na dinâmica do mutualismo, processo chamado de socialização do capitalismo.

O que é importante saber sobre os fundos de pensão

Um fundo de pensão é uma entidade de previdência complementar, ou seja, seu papel é o de complementar os benefícios oferecidos pela previdência social. Está aqui implícito, portanto, que quanto maior for o valor oferecido pelo sistema oficial menor será a parcela suplementar. Inversamente, quanto menor for aquele maior será esta. A última situação é a que tem ocorrido. Desde 1973 até a presente data vêm ocorrendo achatamentos dos benefícios prestados pela previdência oficial.

Há insuficiências devidas ao não recolhimento pela patrocinadora das contribuições a que está sujeita. No entanto o não recolhimento é uma situação prevista e regulamentada em lei. A patrocinadora pode retardar o recolhimento desde que pague o juro atuarial correspondente. Este é, aliás, um dos numerosos benefícios oferecidos

pelos fundos de pensão às empresas. Elas poderão, em situações especiais, financiar-se com recursos da entidade que patrocinam.

Os Planos de Benefícios e respectivos Planos de Custeio, fixados atualmente, possuem uma visão de longo prazo, em geral de 30 anos.

Situações conjunturais de superavit ou de déficit são possíveis, previstas nas normas técnicas e não constituem preocupações, salvo quando o acompanhamento atuarial revela persistência da anomalia por vários anos consecutivos. Nesta hipótese é feita a revisão do Plano de Benefício ou do Plano de Custeio, seja para aumentar o aporte de recursos ou para reduzir os benefícios daqueles que estão ingressando no sistema. Esses procedimentos atuariais permanentes são usuais e servem para avaliar e corrigir

eventuais anomalias persistentes capazes de afetar a estabilidade dos planos.

Os fundos de pensão são fiscalizados pelas patrocinadoras, mas sobretudo, pelos participantes e pela Secretaria da Previdência Complementar, através de rigoroso regime repressivo instituído pela Lei 6.435/77. Os mecanismos de fiscalização por parte do órgão executivo do Ministério da Previdência estão perfeitamente definidos.

Os fundos de pensão, também, fiscalizados pela Comissão de Valores Imobiliários (CVM) em virtude de sua atuação como agentes do mercados de capitais.

O nível de suplementação não é uniforme nos fundos de pensão, variando segundo o que tenha sido acordado entre a empresa e seu empregado. O desajelvel, aliás, é o nivelamento por cima, assegurando-se a todos os trabalhadores do

País o mesmo nível de renda na inatividade, já assegurados aos funcionários públicos, estatutários, aos membros da magistratura e aos militares. Este percebem na aposentadoria proventos iguais ao último salário da ativa, sem terem contribuído para formação de fundos garantidores, ao contrário dos participantes de fundos de pensão, que para isso contribuíram durante a vida laboral.

Os fundos de pensão brasileiros gozam de boa saúde financeira e suas carteiras de investimentos acham-se competitivamente administradas como o prova a rentabilidade obtida. Em 1991 ela foi no conjunto do sistema 27% acima do dólar, e em 1992 foi de 15%.

(*) Fonte: Diário Abrapp



Reunião do grupo, na RFFSA, para planejar a dinamização do novo Corredor Cultural

Rio de Janeiro ganha Corredor Cultural

Empresas e instituições culturais localizadas ao longo do eixo formado pela Rua Visconde de Inhaúma, Av. Marechal Floriano, Av. Presidente Vargas e adjacências, até a Praça da Bandeira, estão se articulando para revitalizar e dinamizar uma nova artéria de cultura e arte na cidade, o Corredor da Rua Larga.

A partir de uma proposta da LIGHT, localizada no coração da Rua Larga, empresas como a RFFSA, CBTU, ECT, Embratel, Teletel, CEG e Banco Nacional, aderiram ao projeto, que terá o apoio e a coordenação da Secretaria Municipal de

Cultura. Informou o coordenador do PROFAC, professor Victor José Ferreira.

História do País

Essa área do Rio de Janeiro foi palco de acontecimentos significativos na história do País. Nela se encontram edificações culturais, como o Arquivo Nacional, o Colégio Pedro II, o Museu do Iamarã, o Museu de Casca, a Casa de Deodoro, o Museu da Moeda, o Museu do Carnaval, a Rádio MEC, o Arquivo Geral da Cidade e a Escola Nacional de Circo.

Osiris fixa cinco metas para sua administração

O presidente da RFFSA, Osiris Stenghel Guimarães, afirma que a preocupação do dirigente de empresa pública "é com os resultados e com a procura de soluções para melhorar a economia". Dentro destes propósitos, fixou cinco metas para a sua administração.

A primeira consiste na revisão da dotação de Recursos da União para pagamento de serviços antieconômicos de interesse público a ser realizado em 1993. A criação da Portaria Interministerial para realização do Encontro de Contas entre Débitos e Créditos da RFFSA ao



Presidente da RFFSA, Osiris Stenghel Guimarães

Governo Federal é outro ponto importante.

Osiris Guimarães pretende criar, ainda, um grupo de trabalho visando a regulamentação do DL 2178/84, no aspecto de pagamento pela União da prestação de

serviços antieconômicos de interesse público.

As duas outras metas são a priorização na alocação de recursos de custeio na malha da RFFSA e a viabilização do empréstimo para projetos libertadores e recuperação de locomotivas. Esta última, depende de uma ação conjunta do Ministério dos Transportes com o Ministério do Planejamento, para viabilizar a assinatura de contratos de financiamento para recuperação de locomotivas da malha ferroviária dos Corredores Uruguai-Porto Alegre e Baururumbô, nos valores de US\$ 396 milhões e US\$ 25 milhões, respectivamente.

Ministro entrega trens modernizados



Dando prosseguimento ao Programa de Recuperação do Material Rodante do Rio de Janeiro, o ministro dos Transportes, Alberto Goldman, e o presidente da CBTU, Isaac Popovitch, entregaram à população, em fevereiro, na estação D. Pedro II (Central do Brasil), três composições da série 200, que passarão a denominar-se série 1000. Estes trens foram modernizados pelas indústrias Cobrasma e Mafersa, ao custo total de US\$ 12 milhões, com apoio financeiro do BNDES, representando com sua incorporação à frota ativa, um acréscimo da oferta de 65 mil lugares diariamente no sistema.



Mafersa e CBTU

O Conselho Editorial da Revista Ferroviária fez entrega do "Prêmio Revista Ferroviária" às personalidades e organizações que mais se destacaram por sua atuação em favor do transporte metro-ferroviário em 1992. A Mafersa foi apontada como a melhor indústria, e a Companhia Brasileira de Trens Urbanos-CBTU, como melhor operadora.



Pintor Ricardo Ozias (E), Luiz Eduardo Pires e Albuquerque, Renato Lima Magina, Aury Sampaio e Renê Fernandes Schoppa

Espaço Cultural valoriza arte de Ricardo Ozias

Nem só de transportes, trens, trilhos e estações a ferrovia está envolvida. Entre as questões de uma possível privatização e de gerenciamento administrativo-financeiro, a RFFSA ainda tem tempo para prestigiar a arte que nasce dentro da própria Empresa.

O Espaço Cultural RFFSA organizou uma exposição de quadros do pintor naif, Ricardo Ozias, ferroviário auxiliar de portaria no DEPOP-STU-RJ. Esta foi a sua 17ª exposição individual desde que Ricardo foi lançado no mundo das artes em 1987.

Carreira
O início de sua carreira foi toda instintiva, como é sua obra. Ricardo Ozias é autodidata, descobriu a sua vocação ao pintar caricaturas dos colegas em 1982. A partir daí, seu trabalho foi evoluindo até descobrir uma técnica própria. A utilização das mãos na manipulação das tintas, sobre cuscutes, e a quase ausência dos pincéis são um toque especial aos seus quadros, como motivos

rurais indígenas e bíblicos.

As exposições são inúmeras. Além das individuais, participou de várias coletivas e uma internacional, na Galeria Coração do Brasil, em Houston, no Texas, Estados Unidos. Seus trabalhos já foram expostos em Museu na França, e também, tem alguns vendidos para a Espanha.

Este mineiro, de Eugenópolis, admitido na RFFSA em 1940, trabalha em silêncio. A sua arte nunca interferiu nas suas funções na Superintendência de Trens Urbanos do Rio, concilia perfeitamente as duas atividades.

Na exposição na RFFSA, foi prestigiado por vários funcionários, pelo presidente da RFFSA, Osiris Stenghel Guimarães, os diretores da REFFER, Superintendente, Luiz Eduardo Pires e Albuquerque, e Financeiro, Renato Lima Magina, presidente do Conselho de Curadores da REFFER, Renê Fernandes Schoppa, e pelo amigo poeta ferroviário João Leite.

Salão da ferrovia

O Espaço Cultural RFFSA realizou, em janeiro, uma exposição retrospectiva do Salão da Ferrovia. As obras expostas - pinturas, fotografias e esculturas - fazem parte do acervo da Associação dos Engenheiros Ferroviários - AENFER.

O presidente da RFFSA, Osiris Stenghel Guimarães, acredita na possibilidade de edições bi- anuais deste evento cultural, com a fusão das Associações de Engenheiros - AECB, AEAG e AECBTU.

Para desenvolver projetos culturais a Rede conta com apoio do Grêmio Ferroviário e com a

AENFER. O presidente da Associação, Luiz Carlos Lino, disse que a participação da AENFER na criação do Espaço Cultural foi um passo importante para divulgação do setor a que pertence e defende.

O Salão da Ferrovia aconteceu em 1977 e as mostras foram realizadas até 1987, quando foi suspenso. A iniciativa do evento partiu da Associação dos Engenheiros da Administração Geral, que na época obteve apoio de patrocinadores. Durante esses 10 anos muitas obras foram premiadas e artistas consagrados.